R$ 175.000,00

LEGISLATIVO AVALIZA RECURSO PARA QUE MUNICÍPIO CONTRIBUA PARA INSTALAÇÃO DE SESC EM TANGARÁ DA SERRA

***MUNICÍPIO** buscará e apresentará ao Sesc imóveis para possível locação*

ROSI OLIVEIRA / REDAÇÃO DS

Dentre os diversos projetos analisados pela Câmara Municipal de Vereadores na última sessão realizada no dia 25 de junho, os legisladores analisaram a solicitação e aprovaram o valor de R$ 175.000,00 de abertura de Crédito Adicional Especial, de utilização de recursos oriundos do superávit financeiro, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

A solicitação é para que com o valor, a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços possa locar um imóvel para celebração de convênio com o Serviço Social do Comércio (Sesc) de Mato Grosso, entidade que promove ações de saúde, lazer, educação, cultura e assistência, com o objetivo de fornecer o bem-estar social e a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade em geral de Tangará da Serra.

> ***TODO SISTEMA 'S' EM UMA CIDADE FAZ A GRANDE DIFERENÇA***

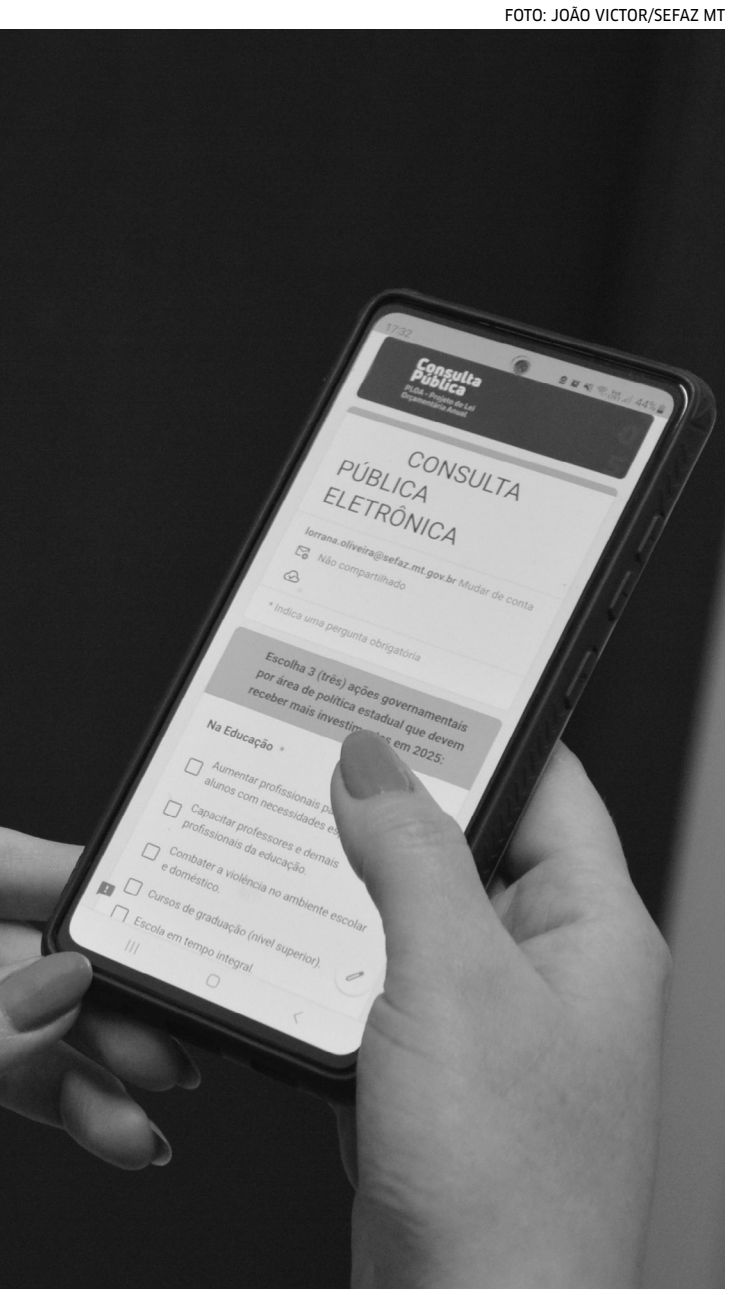
"Todo sistema 'S' em uma cidade faz a grande diferença e a gestão municipal não mede esforços para buscar as parcerias", informa o secretário de Indústria, Comércio e Serviços, Silvio José Sommavilla, ao destacar que em Tangará da Serra já existe o Senai, o Senac e o Sest/Senat já está para ser implantado no município, inclusive, com área definida. "Nós não tínhamos dotação orçamentária para fazer uma parceria e para eles virem para cá precisam dessa parceria e nós então fizemos essa solicitação de recursos ao legislativo para contribuir", explica Silvio.

A partir de agora, segundo o secretário, o município buscará e apresentará ao Sesc imóveis para possível locação. O município, através da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços firmará convênio por período determinado de quatro anos podendo ser prorrogado por igual período. Está em negociação entre a Prefeitura de Tangará da Serra e o Sesc a instalação da instituição, com construção de sede própria ao final do contrato de locação do imóvel.

FOTO: DIVULGAÇÃO

RECURSO SERÁ PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA UNIDADE SESC

FOTO: JOÃO VICTOR/SEFAZ MT



FORMULÁRIO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA SEFAZ-MT

OPINIÃO POPULAR

Cidadãos podem escolher ações que devem receber mais investimentos do Governo de MT em 2025

***SUGESTÕES** são coletadas na consulta pública até o dia 1º de julho*

JANAÍNA ARRUDA / SEFAZ-MT

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2025 está em fase de consulta pública, de forma online, disponível no site Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz MT). A população mato-grossense tem até o dia 1º de julho para participar e opinar sobre as ações do Governo de Mato Grosso que julgam mais relevantes e que devem receber mais investimento no próximo ano.

Podem contribuir cidadãos, estudantes, representantes de órgãos, entidades ou associações civis, assim como servidores públicos e setor privado de Mato Grosso.

A consulta pública do PLOA contempla todas as áreas de atuação do Governo Estadual, como educação, assistência social, saúde, segurança, desenvolvimento econômico, agricultura, meio ambiente, infraestrutura, tecnologia e pesquisa científica, e cultura, esporte e lazer. Os interessados em participar podem escolher três ações governamentais, por área política, que ele considera mais importantes e devem receber mais investimentos no próximo exercício.

> ***OPINAR SOBRE AS AÇÕES DO GOVERNO DE MATO GROSSO QUE JULGAM MAIS RELEVANTES***

A Sefaz, para elaboração da consulta pública sobre o PLOA 2025, levou em conta os resultados obtidos na consulta pública do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2025), realizada em março.

Além de realizar consultas públicas, a Sefaz organiza audiências para discutir a elaboração do orçamento estadual. Essa iniciativa permite que o Executivo debata com a população o projeto de lei e colha sugestões sobre a aplicação dos recursos públicos. Com as contribuições obtidas, os projetos de lei são elaborados e encaminhados para a Assembleia Legislativa para apreciação.